RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sexta-Feira, 20 de Novembro de 2026

Deputado exonera servidor que será julgado por sequestro e assassinato

"Violência banalizada".

Da assessoria

Kleber Ferraz Albuês, ex-policial civil e até recentemente assessor parlamentar na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, foi exonerado no último dia 2 de junho pelo deputado estadual Júlio Campos (União), vice-presidente do Legislativo. A decisão ocorreu poucos dias antes da repercussão pública de que Albuês será julgado no próximo dia 27, pelo sequestro, assassinato e ocultação do cadáver do músico Thiago Festa Figueiredo, crime ocorrido em 2011, em Cuiabá.

A juíza Cristiane Trombini Puia Baggio, da 1ª Vara Criminal de Cuiabá, marcou o júri popular também para o técnico em informática Hueder Marcos de Almeida, acusado de participação no mesmo crime. Ambos irão responder judicialmente após mais de uma década de espera por julgamento.

Júlio Campos afirmou que tomou conhecimento do processo no último fim de semana, por meio de sua equipe, e decidiu pela exoneração imediata de Albuês na segunda-feira, dia 2 — um dia antes da publicação da decisão judicial sobre a data do júri. O deputado ressaltou a gravidade do caso e manifestou solidariedade à família da vítima: "Peço a Deus que conforte os corações dos familiares e amigos do jovem Thiago Festa, que teve a vida ceifada como mais um capítulo da violência banalizada".

Sobre a contratação do ex-policial, Júlio Campos explicou que todo servidor comissionado precisa apresentar documentos e certidões exigidos pelo setor de Recursos Humanos da ALMT, responsável por validar ou recusar admissões. "Não é o deputado quem faz a checagem documental", observou, destacando que a memória pública de crimes, especialmente os mais antigos, tende a se apagar com o tempo.

O parlamentar concluiu dizendo que a exoneração "é o óbvio" diante da gravidade das acusações, mas reforçou a necessidade de garantir ao ex-assessor o direito à ampla defesa. "Somente a decisão judicial com trânsito em julgado poderá definir a culpa ou não", pontuou.